

Papa Francisco Visita Moçambique em Tempo de Campanha Eleitoral: Mantém Isenção e Imparcialidade

O santo padre fez uma importante visita à Moçambique, de 4 a 6 de Setembro de 2019, na continuação do seu empenho para a consolidação da paz e reconciliação na família (política) moçambicana.

Quando a notícia da visita do Papa foi veiculada, há alguns meses, pela Presidência da República, criou-se ceticismo, talvez pelo baixíssimo nível de credibilidade do Estado moçambicano perante as instituições da governação global, por conta das dívidas ilegais que o Estado não consegue pagar, mas também pelo facto de ter ficado claro que tratou-se de um esquema dos detentores do poder, ao mais alto nível, na altura, para se distribuírem o dinheiro e endividar o Estado e a população moçambicana.

Mas a notícia foi confirmada pelas autoridades católicas em Moçambique. Aí, a pergunta que veio a seguir foi: por que visitar Moçambique em tempo de campanha eleitoral? O receio que as pessoas tinham era que uma visita Papal poderia credibilizar, à boca da urna, um regime, que pela ganância dos seus líderes, atirou a população à miséria e ao sofrimento. Mas, o Papa Francisco, o Santo Padre, o Bispo de Roma, o Chefe da Santa Sé, veio à Moçambique no dia 4 e partiu para Madagáscar no dia 6 de Setembro.

Desde a chegada até à partida, a sua visita foi um recital de ética, no sentido vertido na 'Suma Teológica' de São Tomás de Aquino que olha a ética como a interioridade do acto humano. Aquilo que gera uma acção genuinamente humana e que brota a partir de dentro do sujeito moral. Mostrou como o Papado – uma das instituições mais antigas e duradouras do mundo – desempenhou um papel secular importante, servindo de árbitro entre os monarcas e evitando diversas guerras na Europa. Manteve equidistância em relação ao poder público e ao Presidente Filipe Nyusi, em particular. Ficou nas instalações da igreja.

Falou com todos: encorajou os jovens a ganharem confiança pública; encorajou ao diálogo inter-religioso para a paz; para dentro da igreja católica, de que é líder, falou da necessidade de participação na política no âmbito da doutrina social da igreja. Aos políticos, disse que a política estava ao serviço do povo, da paz e não ao enriquecimento individual. Falou da necessidade de

felicidade e de as pessoas se desprenderem de bens materiais que, em África e Moçambique, são a principal causa da ruína da paz e prosperidade partilhada.



Papa Francisco com Filipe Nyusi, Daviz Simango e Ossufo Momade

Teve um momento especial com os principais candidatos à Presidência da República. Este foi um gesto muito importante, pois chama a atenção para a necessidade de inclusão e não da exclusão política que, em Moçambique, foi sempre uma das causas das armas e da instabilidade. Mas, como ilustra a foto, acima, o pequeno erro foi de se ter excluído Mário Albino Muquissince, candidato à Presidência da República pelo partido Acção de Movimento Unido para a Salvação Integral (AMUSI). Sem camisetas, sem caravanas, Mário Albino tem arrastado multidões em Nampula.

Violência Eleitoral marca a Primeira Semana da Campanha Eleitoral

As Cartas Pastorais dos Bispos Católicos têm, desde as eleições fundadoras da democracia, em 1994, mostrado preocupação sobre o tema da violência eleitoral, verbal e física.

“A desenfreada caça ao voto e a tenaz vontade de ganhar, cria condições propícias para convulsões socio-políticas que temos assistido repetidamente por ocasião das eleições. Tornou-se habitual, com grande incidência nas zonas rurais, a ocorrência de escaramuças por causa da luta pelo protagonismo eleitoral. Alguns partidos, durante as campanhas eleitorais, em vez de apresentarem razões e o valor dos seus programas sociais, em ordem a obterem mais votos, optam, infelizmente, pela prática de irregularidades e violência, que resultam no derramamento de sangue e eliminação de vidas humanas”, Carta Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique, 25 de Agosto de 2008.

Esta é a realidade que se vive, um pouco por todo o país, desde que, a 31 de Agosto, iniciou a campanha eleitoral, no entanto tudo indicava que as coisas seriam, desta vez, finalmente, diferentes. É que o ambiente que caracterizou a pré-campanha eleitoral foi, de longe, o melhor que se registou desde que em 1994 Moçambique começou a realizar eleições para a escolha de deputados da Assembleia da República e Presidente da República. Um recuo ao passado:

Em 1994, o ambiente foi marcado pelo retorno à violência, na verdade, o retorno à Marringue¹, por parte do então líder da RENAMO, Afonso Dhlakama. Esta ameaça carregava o sentido de retorno à guerra, num contexto em que, apesar do relativo sucesso do desarmamento e desmobilização de significativos efectivos da RENAMO, a sociedade ainda estava militarizada, com muitos pontos do país ainda cheios de minas terrestres.

Em 1999, o ambiente foi marcado por grandes disputas em torno da legislação eleitoral que esteve na origem do fiasco eleitoral que caracterizou as eleições autárquicas de 1998, as primeiras em Moçambique. O espectro de retorno à guerra também foi nota dominante que, para além do então líder da RENAMO, tinha adeptos como o saudoso deputado David Aloni; Manuel Pereira; Jeremias Pondeca, entre outros.

Em 2004, o ambiente pré-eleitoral foi marcado, entre outros, por: (i) emergência de Armando Guebuza que, espedido pelo susto eleitoral da Frelimo em 1999, percorreu o país para reanimar as bases do partido, dando forma daquilo que, mais tarde, ficou conhecido como o *Guebuzismo*; (ii) pelo efeito Montepuez² e Manuel Pereira³, ambos do lado da RENAMO; e (iii) pela disputa em torno da integridade dos cadernos eleitorais entre o STAE e as missões internacionais de observação eleitoral, com particular destaque para a missão da União Europeia.

Em 2009 – o ponto mais alto do *Guebuzismo* – o ambiente pré-eleitoral foi marcado, entre outros, por: (i) “...se baterem, batam também...”⁴ que, em círculos eleitorais como Gaza, essa aparente directiva Guebuzista se ma-

nifestou em forma dos famigerados grupos de choque – grupos de jovens instrumentalizados para a prática de violência contra a oposição, particularmente contra o emergente MDM, mas menos contra a RENAMO; e (ii) a exclusão do MDM que, na altura, estava associado a uma ideia de partido que representava a juventude, promoveu tensão político-eleitoral, particularmente em torno da RENAMO que, perante, na altura, o enfraquecimento momentâneo do seu líder, receava perder o estatuto de oposição oficial. Lembrar que a face visível da exclusão do MDM foi António Chipanga, veterano vogal da CNE, ligado ao partido Frelimo, com a sua célebre frase “o vento tudo levou”: argumentando que era um vento maligno que fizera desaparecer partes dos processos dos candidatos do MDM na Assembleia da República.

Em 2014, o ambiente de pré-campanha foi marcado, entre outros, pela (i) violência militar que só veio a terminar através do Segundo Acordo de Paz, assinado entre o então Presidente da República, Armando Guebuza, e o então líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, a 5 de Setembro de 2014; (ii) a realização de campanha eleitoral fora do período eleitoral, por parte do candidato da Frelimo, Filipe Nyusi, enquanto o líder da RENAMO estava nas matas, aguardando pela assinatura do Acordo de Paz para a sua saída; (iii) a radicalização da linguagem por parte do líder da RENAMO irritado pela possibilidade de perder a eleição para um candidato aquém chamava de miúdo, em referência à Filipe Nyusi. Na verdade, foi nesta eleição em que Afonso Dhlakama mais mostrou a sua irritação por não estar a conseguir transformar, em poder político, a sua popularidade e carisma. Compreendeu que apesar de ter eleito o líder faltava a máquina para converter o eleito em poder.

Em 2019, as coisas aconteceram de forma diferente, com o ambiente a ser mais favorável para uma campanha eleitoral pacífica:

- Todos os partidos comprometeram-se através do código de conduta aprovado pela CNE em 2013 (Deliberação n.º 61/CNE/2013) aprovado em 2013 em trabalhar no

sentido de evitar e prevenir a violência política no decurso da campanha eleitoral, quer ela venha dos adversários, quer venha dos próprios partidos políticos (alínea a do artigo 2).

- No dia anterior ao arranque da campanha, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Dr. Abdul Carimo, fez uma exortação aos concorrentes no sentido de estes se absterem de comportamentos de má conduta e violência eleitoral, considerando este como momento de festa;

- A assinatura do recente Acordo de Paz e Reconciliação entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o líder da RENAMO, Ossufo Momade, ocorreu num ambiente de reconciliação nacional, apesar de, quase ao mesmo tempo, ter nascido a Junta Militar, liderada por Mariano Nhongo, que contesta a liderança de Ossufo Momade e a legitimidade do III Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.

Porém, apesar deste ambiente de mais cordialidade entre os principais líderes políticos, a violência tem sido a nota dominante da primeira semana da campanha eleitoral. Os mais de 600 observadores do CDD e da Comissão Episcopal de Justiça e paz da Igreja Católica (CEJP), posicionados estrategicamente nas partes mais recônditas dos distritos de todo o país relatam incidentes de intolerância política, particularmente contra funcionários públicos, destacadamente professores que participam de campanha eleitoral da RENAMO. Isto não é novo: no passado, os professores que, por um lado, tenham resistido às retenções forçadas de contribuições para o partido Frelimo, na fonte, através das estruturas locais das Finanças e que tenham aparecido nas actividades político eleitorais da RENAMO, por outro lado, foram transferidos, contra a sua vontade e em clara violação da lei, para localidades longínquas das suas casas.

Abaixo seguem alguns casos paradigmáticos de violência na campanha eleitoral:

¹ Antigo quartel-general da RENAMO, baseado na região centro do país.

² Mortes, por asfixiamento, de dezenas de pessoas que foram encarceradas por participarem das manifestações convocadas pela RENAMO, no contexto da contestação dos resultados eleitorais de 1999 que deram vitória a Joaquim Chissano e à Frelimo.

³ Antigo Delegado político da RENAMO em Sofala que, por várias vezes, ameaçou colocar uma cancela no Rio Save para dividir o país.

⁴ Palavras atribuídas ao então Presidente da Frelimo, Armando Guebuza, alegadamente proferidas em reunião do Comité Provincial em Sofala, em 2013: campanha eleitoral para as eleições autárquicas.

Casas Incendiadas:

Tete e Manica

Desconhecidos incendiaram entre 31 de Agosto e 03 de Setembro três residências, sendo todas pertencentes aos delegados distritais do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), nas províncias de Tete e Manica. O primeiro caso aconteceu no distrito de Changara (Tete), onde, no primeiro dia da campanha eleitoral, os malfeitores atearam fogo a uma residência e um celeiro de milho. Os dois casos subsequentes ocorreram no distrito de Macossa (Manica), concretamente no posto Administrativo de Nhamangua, entre os dias 02 e 03 do corrente mês, tendo ocorrido o segundo incêndio na região de Dunda, a escassos quilómetros da sede daquele Posto Administrativo.



Residência do Delegado distrital do MDM em pó no distrito de Changara: Imagem captada pelos observadores do CDD/CEJP

Niassa

Três residências foram incendiadas e um reservatório de água destruído, todos pertencentes a membros da RENAMO no posto Administrativo de Maniamba, distrito de Lichinga, província de Niassa. Até ao presente momento, de acordo com a informação dos nossos observadores, o caso já foi denunciado à polícia, mas ainda não houve nenhum detido em conexão com o caso.

Agressão Física

A agressão ao professor de História, ensino primário, Aristides Assuba

Domingos da Conceição, junto com a sua esposa, Raina Feliciano Leão, no distrito de Derre, província da Zambézia, na noite



Aristides Assuba Domingos da Conceição na cama do hospital

do dia 05 de Setembro, depois de o casal ter recebido uma delegação da RENAMO junto com o seu Cabeça-de-Lista naquela província, o Manuel de Araujo, trouxe ao conhecimento público a barbaridade da violência eleitoral em Moçambique.

As vítimas se encontravam na sua residência, quando na calada da noite foram atacados por um grupo composto por três indivíduos que desferiram golpes de catana sobre a cabeça do professor Aristides Assuba Domingos da Conceição. Isto é claramente uma mensagem aos professores de todo o país para se absterem de apoiar os partidos da oposição, particularmente a RENAMO. Isto é contra a lei. É contra a democracia e vai no sentido contrário da paz e reconciliação nacional.

Envolvimento de menores na campanha

Os partidos políticos têm estado a envolver menores nas suas actividades de campanha eleitoral. Tal é o caso das províncias de Tete e Inhambane, concretamente nos distritos de Mágoè e Mabote respectivamente, onde menores de idade, têm participado de forma activa nas campanhas eleitorais em pleno período lectivo.

A legislação eleitoral moçambicana é omissa sobre o envolvimento de crianças nas actividades de campanha e propaganda eleitoral.



Alunos da Escola Secundária de Mabote em pleno exercício da campanha eleitoral. As imagens foram captadas pelo observador do CDD.

Duas crianças atropeladas:

Niassa

Uma menina que aparenta 4 anos de idade, segundo os nossos observadores, foi atingida por uma carinha, caixa aberta, que servia a caravana da Frelimo, no distrito de Metarica, provincial de Niassa, no dia 5 de Setembro.

Os correspondentes dizem que a viatura ia em alta velocidade e ao descrever uma curva, de uma estrada estreita, descontrolou-se e foi atingir a criança. O carro carregava pessoas trajadas de camisetas do partido Frelimo.



Menina de 4 anos após o atropelamento em Metarica

Tete

No distrito de Mutarara, vila sede de Nhamayabwe, província de Tete, uma menina aparentando 11 anos de idade que acompanhava a caravana do partido Frelimo foi atropelada por uma viatura que fazia transporte de passageiros do posto administrativo de Charre para a vila sede de Nhamayabwe,

segundo relatam os nossos observadores. Depois do atropelamento, o motorista da viatura tentou fugir e foi interpelado pela polícia de trânsito, com ajuda dos motociclistas.

Ainda em Tete, no distrito de Doa, os nossos observadores registaram imagens de crianças acompanhando a caravana da Frelimo.

Comités de Resposta e Reconciliação atentos aos conflitos

De olho nos conflitos e violência eleitorais decorrentes da campanha eleitoral, os Comités de Resposta e Reconciliação posicionados nas regiões Norte, Centro e Sul do país e o Comité Nacional de Resposta e Reconciliação, cujos membros representam todas as províncias, acompanham, atentamente, os principais casos de conflitos e têm mediado aqueles que não são do foro judicial. A actuação dos comités, que engajam os partidos e órgãos eleitorais, usam a mediação e o diálogo com

as partes em conflito, aproximando-as para a reconciliação, têm evitado a intensificação e alastramento de conflitos, sobretudo na zona centro do país.

A maior parte de conflitos surge durante o cruzamento de caravanas, sobretudo entre caravanas dos partidos Frelimo e RENAMO, e quando panfletos de um partido são colados por cima de panfletos doutros partidos. Os Comités de Resposta e Reconciliação são um mecanismo de suporte contra a violência e conflitos eleitorais da Plataforma

de prevenção, monitoria, resposta e mitigação de conflitos e violência eleitoral (Monitor), secretariada pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) que integra, também, outras organizações da sociedade civil como o Comité Ecuménico para Desenvolvimento Social (CEDES), o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), a Associação Nacional para Desenvolvimento Auto-Sustentado (ANANDA) e a Pressão Nacional dos Direitos Humanos (PNDH).

INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editora: Selma Inocência
Equipa Técnica: Prof. Adriano Nuvunga, Selma Inocência, Narciso Cossa, Deborah Capela; Denise Cruz
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD Centro para Democracia e Desenvolvimento

🐦 CDD_eleicoes | ✉ E-mail: info@cddmoz.org | 🌐 Website: www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
 Confédération suisse
 Confederazione Svizzera
 Confederaziun svizra
 Embaixada da Suíça em Moçambique



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO